

biological criteria –and indeed that such ideas have been, and are today, more the norm than the exception.

I was also intrigued by Casaús Arzú’s argument that in Costa Rica, El Salvador, and Guatemala, mestizaje never gained traction as an ideology of nationhood, as it did in Mexico and Brazil. Instead, elites were intent on eugenically whitening their nations as much as possible, invisibilizing black and indigenous populations, and/or physically eliminating them through genocide. There is no denying the extreme violence visited upon indigenous peoples in El Salvador in the 1932 massacre or in Guatemala in the 1980s and 1990s, but Casaús Arzú’s analysis seems to ignore the fact that mestizaje in Mexico, and especially in Brazil, went hand in hand with powerful elements of whitening and eugenic improvement, or that anti-indigenous violence in Brazil has, historically and today, reached alarming levels. It also seems a bit odd to put Guatemala alongside Costa Rica as very whitened nations in which indigeneity is invisible.

There is not room here to cover each of the book’s ten chapters, but Pérez Vejo and Yankelevich are to be congratulated on a great achievement in consolidating discussions of race in Latin America.

Peter Wade

University of Manchester

BARBARA WEINSTEIN: *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*. Durham and London: Duke University Press, 2015

Em *The Color of Modernity – São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*, Barbara Weinstein realiza um cuidadoso e bem documentado estudo da Revolução Constitucionalista de 1932 e do IV Centenário de São Paulo para mostrar, como o próprio título da obra sugere, que a formação da nação brasileira repousa sobre o racismo, ou seja, a modernidade brasileira não é tão mestiça como sugere a ideologia nacional!

Como outros estudiosos, inclusive os maiores expoentes da sociologia do período pós segunda guerra mundial, a autora parte do princípio de que as formações econômico-sociais dependem tanto das estruturas econômicas como dos “discursos de diferença e dos modelos de poder político e cultural que eles produzem” (p. 2). Com o objetivo de apresentar a premissa central do seu estudo, Barbara Weinstein inicia questionando a ausência de reflexividade de Albert O. Hirschman na sua obra *The Strategy of Economic Development* (1958). Ela observa que Hirschman, apesar de crítico do desenvolvimentismo, acabou

por também reforçá-lo na medida em que utilizava expressões ideológicas que descreviam e naturalizavam as desigualdades regionais.

O breve diálogo que a autora estabelece com Hirschman mostra seu interesse em compreender o fato histórico através da complexidade com que se apresenta na realidade e não superficialmente, segundo interesses, conscientes ou não, do historiador, economista ou sociólogo. O curioso, porém, é que a autora também não desenvolve a reflexividade que cobra de Hirschman, ou seja, faz falta ao seu estudo os questionamentos que a levariam a perceber que a sua visão de Brasil também é carregada ideologicamente. Mas não apenas isto: faz falta ao estudo uma teoria de nação mais consistente, que lhe permita enxergar que o racismo não é apenas parte constitutiva, mas indispensável da nação moderna. Nesse sentido, não importa que ideologias as diversas nações constróem para produzir a *solidariedade orgânica* de que necessitam para que todos os nacionais vivam e morram em seu nome, o que importa mais é saber por que elaboram certas narrativas e não outras. De fato, a narrativa da nação, como qualquer outra, é parte componente da realidade, mas não se confunde com ela; eis a complexidade do fato histórico ou sociológico: os discursos dos indivíduos não necessariamente expressam suas ações, mas são parte constitutiva delas. Se é assim para todas as nações, por que seria diferente para o Brasil, ex-colônia e, como tal, filho, ele próprio, das ideologias que o criaram como colônia, primeiro, e como nação, depois?

Através da análise de dois eventos históricos que se tornaram “tradicionalis” na narrativa de modernidade de São Paulo a autora demonstra que o “outro” em função do qual tal narrativa ganhou força é o negro e o nordestino (ver, por exemplo, pp. 2, 9, 12, 13 e 14). Por trás das várias premissas a partir das quais a autora desenvolve o seu estudo, Weinstein busca demonstrar como o preconceito contra o negro moldou a constituição da nação brasileira. Eu, porém, brasileira, antropóloga, também atravessada pelas ideologias que me constituem, tenderia a propor outras questões e, em vez de propor que o preconceito contra o negro tem moldado a nação brasileira, proporia que as injunções internacionais levaram o Brasil, no caso específico, São Paulo, a *inventar* uma identidade mais próxima daquela que se tornou sinônimo de modernidade. Constituída em cruzamento entre a Europa e mundo colonial, a modernidade só poderia evocar o homem moderno como branco e europeu. Nessa perspectiva, o gesto de transformar o bandeirante em herói cria uma simbologia mais reconhecível e aceitável entre os que dominam o panteão das nações. Não podemos esquecer que um século antes a *intelligentsia* europeia acreditava impossível uma nação sem um povo constituído nos termos daqueles das suas nações. Criou-se, estrategicamente, e exportou-se para as colônias, a crença de que era preciso ser branco para ser civilizado, moderno, e, em última instância, humano. Eis, pois, as razões do

esforço para a transformação do bandeirante em herói. São Paulo se distinguiria e se afirmaria através dessa proximidade *genética e fenotípica* da Europa. A inexistência de um lugar para o negro ou índio na narrativa da modernidade paulista seria, pois, uma expressão do desejo e necessidade de relacionar o fenômeno ao homem branco, mais abundante lá, com os então recentes fluxos imigratórios europeus do que no nordeste ou mesmo na capital da República onde séculos de mestiçagem impediam que essas fronteiras permanecessem visivelmente demarcadas.

Porém, como mostra a autora diversas vezes ao longo do livro, não é somente um habitante branco, ou *mais claro*, como diria Muniz Sodré, que distingue São Paulo do resto do país, mas uma relação particular com o trabalho. Aqui, eu gostaria de chamar a atenção para a importante discussão sobre a relação região/nação que a autora desenvolve já na Introdução. Apesar das importantes perspectivas que apresenta para uma reinterpretação do Brasil, a autora não percebe que Rio de Janeiro e São Paulo representam momentos distintos da constituição da modernidade brasileira. A caracterização do nordeste, como expressão de atraso, foi constituída bastante antes da Revolução Constitucionalista de 1932, quando o desejo de retorno à monarquia aniquilou Canudos ainda nos últimos anos do século XIX. Então, o Brasil e a América Latina continuavam sob o domínio econômico e ideológico da Europa. Enquanto a modernidade do Rio de Janeiro é influenciada pela *Belle époque* francesa, a modernidade paulista é filha da geopolítica pós primeira guerra mundial na qual os Estados Unidos despontam como uma importante potência mundial. Neste caso, o discurso da valorização do trabalho, a importância da locomotiva e dos vagões, tão caros a São Paulo, dialoga já com a hegemonia dos “irmãos” do norte, os estadunidenses.

Por isto, mais do que apenas fruto dos embates entre regiões, a nação brasileira, como as outras, depende do lugar que ocupa na geopolítica internacional. Esses fatores, indispensáveis à compreensão de qualquer nação, não são suficientemente desenvolvidos em *The Color of Modernity*. Por outro lado, a rica pesquisa e análise documental desenvolvida pela autora quase nos permite tocar o coração de São Paulo. Leitura indispensável para se conhecer melhor o Brasil.

Bernadete de L. R. Beserra

Universidade Federal do Ceará